

	Nota Técnica	Número / Origem: 13/2012/SRHU/DRH/GAC
		Data: 17/08/2012

1. ASSUNTO:

Encaminhamentos do CNRH quanto à deliberação do Tribunal de Contas da União no item 9.4 do Acórdão 2.354/2009-P.

2. DESTINATÁRIO

Gabinete da Ministra – Ministério do Meio Ambiente

3. INTERESSADO

Sra. Marcela Castro, Chefe de Gabinete da Ministra.

4. REFERÊNCIA

4.1. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, publicada no D.O.U. em 9/1/1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.

4.2. Resolução nº 51, de 18 de julho de 2005, publicada no D.O.U. em 1º/9/2005 – Institui a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira.

4.3. Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado pela Resolução nº 58, de 30 de janeiro de 2006, e seu Programa IX - Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro, incluindo as Áreas Úmidas, cujo objetivo é a promoção da articulação e integração entre as políticas de Recursos Hídricos e o Gerenciamento Costeiro.

4.4. Acórdão 2.354/2009-P, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas da União.

5. INFORMAÇÃO

5.1. Em atenção à solicitação da senhora Marcela Castro, sobre o andamento da deliberação feita pelo Tribunal de Contas da União e considerando exposto no item 9.4 do Acórdão 2.354/2009-P, de 13 de junho de 2012, informamos que:

5.2. A Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), do qual faz parte o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, cujas competências são estabelecidas em seu Art. 35.

5.3. A temática relativa à necessidade de articulação entre a gestão de recursos hídricos e a gestão costeira vem assumindo especial relevância entre os atores do SINGREH, resultando na criação pelo CNRH da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos

Sistemas Estuarinos e Zona Costeira (CTCOST), em 2005. Suas competências estão estabelecidas no Art. 2º da Resolução Nº 51, de 18 de julho de 2005:

- Analisar e propor mecanismos de integração das políticas de gestão de recursos hídricos e de gerenciamento costeiro, considerando também as demais políticas públicas incidentes;
- Propor mecanismos de integração dos instrumentos das políticas e indicadores comuns para o gerenciamento de recursos hídricos na zona costeira e sistemas estuarinos;
- Analisar e propor ações visando a minimização ou solução de conflitos de uso de recursos hídricos na zona costeira e sistemas estuarinos;
- Propor mecanismos de intercâmbio técnico e institucional entre as instâncias responsáveis pelas respectivas políticas;
- Analisar, estudar e emitir pareceres sobre assuntos afins;
- Exercer competências do CNRH que lhe forem especialmente delegadas pelo Plenário.

5.4. A referida Câmara Técnica realizou sua primeira reunião em 1º de fevereiro de 2006. Desde então, foram criados cinco Grupos de Trabalho no âmbito da CTCOST, sendo que quatro deles já tiveram seus trabalhos concluídos, a saber:

- GT Planos de Recursos Hídricos (de 07/03/06 a 28/08/07): entregou para o GT “Base Territorial”, também da CTCOST, a proposta de Resolução que “Estabelece aspectos adicionais que devem ser incluídos nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira”, com o objetivo desse GT acrescentar ao texto a delimitação da área de atuação da gestão integrada;
- GT *Base Territorial* (de 19/09/06 a 27/08/2007): o produto desse GT foi inserido na proposta de resolução que estabelece diretrizes adicionais aos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira;
- GT *Reavaliação e adequação da proposta de resolução que estabelece diretrizes adicionais aos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira* (de 16/09/2008 a 2/10/2008): analisou as considerações apresentadas pelo grupo de conselheiros e sobre o substitutivo enviado pela CTPNRH, para subsidiar a CTCOST na avaliação da necessidade de adequação da proposta de resolução que estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira;
- GT *Programa IX/PNRH (Programa Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro, Incluindo as Áreas Úmidas do Plano Nacional de Recursos Hídricos)* (de 8/4/2009 a 6/12/2010): analisou a minuta recebida do Programa IX, apresentada pelo Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos (GTCE/PNRH), e encaminhou suas considerações;
- GT *Outorga em Zona Costeira* (em andamento): a CTCOST vem estudando, por determinação do plenário do CNRH, o tema “Outorga em Zona Costeira”, em virtude de representar um importante instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos com estreita relação com o licenciamento ambiental e, ainda, enfrentar um ambiente de dúvidas técnicas e legais quando da sua aplicação na faixa terrestre da Zona

Costeira. Pretende-se subsidiar o aperfeiçoamento dos procedimentos de outorga, sugerindo diretrizes específicas para zona costeira, por meio de uma proposta de resolução.

5.5. O principal ponto de trabalho da CTCOST tem sido a discussão de diretrizes para a integração da gestão de recursos hídricos com o gerenciamento costeiro, tema amplamente relacionado ao Programa IX do PNRH – Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro, incluindo as áreas úmidas. Seu detalhamento foi discutido recentemente no âmbito da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH), a partir resultados de estudos realizados por uma consultoria contratada pela Agência Nacional de Águas (ANA).

5.6. O objetivo do Programa IX é assegurar a disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade para seu uso racional e sustentável, estruturando a integração da gestão de recursos hídricos com o gerenciamento costeiro, por meio de ações e atividades, segundo características específicas de cada uma das áreas: bacias ou zonas costeiras. Ações em espaços territoriais como as zonas costeiras, cujas peculiaridades ambientais, regionais ou tipologias de problemas relacionados à água conduzem a outro recorte, onde os limites não necessariamente coincidem com o de uma bacia hidrográfica, e que necessitam de programas que contemplem suas especificidades.

5.7. Em reunião conjunta, realizada no dia 29 de maio de 2012 entre as Câmaras Técnicas do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH) e de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira (CTCOST) do CNRH, foram encerradas as avaliações técnicas e proposições pelos membros da CTPNRH e os documentos foram encaminhados aos membros da CTCOST para análise da adequação das contribuições às diretrizes do detalhamento do Programa IX.

5.8. Em sua atual versão o Programa IX, que tem como objetivo geral promover a articulação e integração entre as políticas de recursos hídricos e o gerenciamento costeiro, incluindo as áreas úmidas. As gestões descentralizadas e participativas envolvem alta capacidade de coordenação e articulação das instituições, portanto o Programa IX prevê três projetos piloto para avaliação da integração dessas estruturas, a serem implementados no Rio Grande do Sul, Alagoas e Espírito Santo e estendidos aos outros 14 estados da Zona Costeira, após monitoramento e avaliação dos resultados dos três primeiros e realização das adequações pertinentes.

5.9. Salientamos que a atual versão do Programa IX e seu detalhamento encontram-se em fase de apreciação pela CTCOST, que definirá seu posicionamento quanto aos mesmos em sua próxima reunião, no dia 13 de setembro de 2012, e os encaminhará à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL) para análise dos aspectos de sua competência. Espera-se que a aprovação do Programa IX, que está condicionada à deliberação do Plenário do CNRH, ocorra até o final de 2012.

6. CONCLUSÃO

6.1. Diante do exposto e considerando a proposta de encaminhamento contida no Acórdão 2.354/2009-P, conclui-se que a deliberação de “*envidar esforços no sentido de integrar a gestão de bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras*” vem sendo

cumprida por este Conselho, embora algumas das ações previstas tenham extrapolado o prazo de atendimento, estipulado para o primeiro semestre de 2012.

6.2. Por oportuno, a aprovação do Programa IX pelo plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) poderá resultar em novas diretrizes para a integração gestão dos recursos hídricos com o gerenciamento costeiro, a ser implementado pela Agência Nacional de Águas em articulação com os estados .

ASSINATURAS:	
Responsáveis pela elaboração da nota informativa:	Chefia imediata:
Mirela Garaventa GAC/DRH/SRHU	Ana Cristina Monteiro Mascarenhas Gerente de Apoio ao CNRH
DIRETOR:	SECRETÁRIO:
Julio Thadeu Silva Kettelhut Diretor do Departamento de Recursos Hídricos Substituto	Pedro Wilson Guimarães Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano